



## **Digitalização, IA e futuros feministas**

Uma conferência híbrida conjunta da *Feminist Africa* e do *International Feminist Journal of Politics*

Maputo, Moçambique, e online, 25 a 28 de julho de 2024

### **Nota conceptual e convite à submissão de comunicações**

O mundo encontra-se no meio de uma revolução tecnológica caracterizada pelo rápido desenvolvimento das tecnologias digitais e da Inteligência Artificial (IA). Como qualquer outra revolução, ela está repleta de contradições, prometendo novas liberdades e oportunidades, por um lado, e gerando perturbações assustadoras e inovações desorientadoras, por outro. Os interesses poderosos que alimentam estas rupturas estão enraizados em lógicas patriarcais, capitalistas e imperiais. Embora o fosso digital seja um grande impedimento para as mulheres e as pessoas marginalizadas em contextos de recursos limitados, não se trata apenas de uma questão de acesso. As questões da violência e do assédio online, da vigilância digital e das novas formas de informalidade laboral prosperam na intersecção destas lógicas opressivas marcadas por desigualdades de classe, raça, género e geração, bem como por clivagens rurais/urbanas. Os proponentes da IA, nomeadamente da aprendizagem automática, prometem que esta aumentará as capacidades humanas para criar mundos melhores, ignorando o facto de as desigualdades existentes estarem frequentemente incorporadas nestas novas tecnologias.

À medida que os desenvolvimentos tecnológicos ultrapassam os projectos de justiça social, consideramos urgente interrogar o fenómeno da digitalização e da IA a partir do ponto de vista do continente africano, das suas diásporas e para além destas. Propomos então uma conferência organizada conjuntamente pela *Feminist Africa* e pelo *International Feminist Journal of Politics*. Procuramos compreender as dinâmicas imperiais, neocoloniais e patriarcais da digitalização e da IA, tal como se manifestam nos espaços estruturados pelas operações das empresas digitais transnacionais. Reunidas em Moçambique, destacamos África e as suas diásporas como zonas de criatividade e resistência face à diversas histórias e estruturas de domínio coloniais, no meio de configurações geopolíticas de poder em mutação. A partir de uma perspectiva do desenvolvimento feminista, pan-africana e descolonial centrada em África, interessa-nos explorar as ameaças e oportunidades que a digitalização e a IA representam para as mulheres e pessoas africanas. Que classe, barreiras urbana/rural, sexualidade, raça e outras dimensões de desigualdade transforma em outros em África, suas diásporas e mundialmente. Embora

privilegiemos as contribuições do continente africano e das suas diásporas, acolhemos contribuições feministas que abordem a dinâmica da digitalização e da IA noutras partes do mundo. Reconhecemos que, em todo o mundo, múltiplas estruturas de desigualdade moldam as políticas, as economias e as sociedades de formas contextualmente específicas; o nosso enfoque na dinâmica das tecnologias digitais e da IA em diversos contextos envolve esta complexidade, descentralizando o Estado-nação e facilitando conversas transnacionais, transregionais e transdisciplinares. O foco da nossa atenção está sempre nas implicações para a construção de futuros feministas que transcendam o capitalismo, o patriarcado e o imperialismo, ou seja, futuros feministas que sustentem a libertação da violência e da injustiça, ao mesmo tempo que promovem o florescimento humano. Convidamos os interessados a apresentarem propostas de comunicações sobre três grandes temas, descritos em maior pormenor abaixo: a) governação e democracia; b) trabalho; e c) produção de conhecimentos.

### **Governação e Democracia**

A digitalização promete tornar a informação mais amplamente disponível e facilitar novos modos de participação política, reforçando assim a democracia. As tecnologias digitais permitiram o activismo feminista e sustentaram revoltas como o movimento anti-SARS na Nigéria, o movimento #ShutItAllDownNamibia, os movimentos #Rhodesmustfall e #Feesmustfall, as mobilizações contra a repressão governamental no Norte de África e no Médio Oriente e os protestos de mulheres e raparigas no Irão. As tecnologias digitais também facilitaram consultas públicas, como as realizadas sobre as novas constituições na América Latina, e a nível internacional, sobre o desenvolvimento dos ODS. Estes usos da tecnologia digital ajudaram a promover um maior envolvimento no discurso público, através da expressão de dissidências e de ideias alternativas.

Ao mesmo tempo, as redes sociais encorajaram a circulação dos pontos de vista mais extremos, espalhando a desinformação de formas que põem em perigo não só a democracia mas também a sobrevivência das pessoas. Isto aconteceu durante o auge da pandemia de Covid-19 e manifesta-se actualmente em todo o mundo na amplificação online de culturas que normalizam a violência contra pessoas de género não conformista. A constituição de câmaras de eco solidifica convicções extremistas que contribuíram para a ascensão do populismo e para uma reacção global contra o feminismo.

O potencial de um bem comum digital é negado pela propriedade e controlo das plataformas de redes sociais por empresas privadas e pela forma como estas facilitam uma vigilância sem precedentes. As corporações extraem dados pessoais de um grande número de pessoas e convertem-nos em Big Data, que são posteriormente vendidos aos consumidores com lucros exorbitantes. Fora a natureza extractivista destas práticas, isto levanta sérias questões de privacidade e protecção de dados. Além disso, várias formas de tomada de decisões são cada vez mais delegadas a algoritmos e à IA, dificultando a responsabilização das empresas e desestabilizando profundamente as noções de autonomia humana. As feministas criticam veementemente estes desenvolvimentos e estão a juntar-se para imaginar alternativas a esta colonização digital da esfera pública, desenvolvendo o "feminismo dos dados" e imaginando uma IA feminista.

Convidamos a submissão de trabalhos que questionem as seguintes questões indicativas:

- Como é que a digitalização e a IA melhoraram e/ou distorceram a opinião pública e o debate? Quais são as implicações para a participação das mulheres e das pessoas marginalizadas na política, no discurso público e na governação? Quais são os efeitos sobre o feminismo e os projectos de justiça social, incluindo a organização de movimentos?
- Como é que as tecnologias digitais moldaram as experiências das mulheres e das pessoas marginalizadas nos processos eleitorais, tais como a possibilidade de serem eleitas e/ou a violência contra as mulheres na política?
- Como é que as tecnologias digitais têm sido utilizadas para galvanizar os sentimentos conservadores, nacionalistas e populistas e os crimes de ódio? Como pode a governação abordar as novas formas de violência física motivadas pela participação em comunidades digitais e jogos online? Que esforços existem para responsabilizar as empresas de tecnologia digital, em diferentes contextos sociais e económicos?
- Como é que o uso da tecnologia digital e da IA pelas empresas tecnológicas para explorar o desejo humano de ligação afecta a liberdade individual, as noções de intimidade e a autonomia das pessoas? Como é que estas experiências são moldadas por camadas de desigualdade interseccionais?
- Como é que as feministas podem causar disrupção da captura corporativa das tecnologias digitais e que alternativas estão a criar? Qual é o âmbito para a construção de um património digital mais igualitário? Como é que as tecnologias digitais e a IA podem ser utilizadas para imaginar e trabalhar em prol de futuros feministas livres de violência e injustiça?

## **Trabalho**

A digitalização e a IA causam disrupção profunda no mundo do trabalho; ou, numa perspectiva mais optimista, oferecem oportunidades para reimaginar a forma como o trabalho tem sido organizado em contextos institucionais. As mulheres comerciantes e as que trabalham no sector da transformação de produtos agrícolas estão a encontrar oportunidades e ameaças no desenvolvimento do comércio electrónico e do financiamento digital. A nova 'gig economy' utiliza aplicações digitais para ligar os que oferecem uma série de serviços aos clientes - desde alojamento e transportes a cuidados de saúde e sexo. Além disso, o trabalho em plataformas online e baseado na Web compreende um espectro heterogéneo que vai desde as microtarefas repetitivas até ao trabalho altamente qualificado, como o desenvolvimento e a programação Web. Assim, a digitalização e a IA facilitam ostensivamente aos trabalhadores marginalizados a obtenção de uma base de clientes, o acesso ao financiamento ou a entrada no mercado de trabalho.

No entanto, na sua actual forma, as plataformas de trabalho online também levam a informalidade neoliberal a novos patamares. Os problemas vão desde a falta de acesso (como o fosso na posse de telemóveis entre géneros) até novos extremos de exploração. A gestão algorítmica classifica os trabalhadores com base na vigilância digital, muitas vezes enviesada em função do género, da raça e da localização continental, influenciando assim as hipóteses de os

trabalhadores obterem novos empregos e recompensas. As plataformas da Internet vendem trabalho feminizado, desde a prestação de serviços de empregada doméstica ao sexo online. Também se baseiam em legados coloniais para determinar quem recebe o quê, especialmente no que diz respeito a tipos de trabalho difíceis, como o trabalho traumatizante de moderar conteúdos violentos. O trabalho em plataformas online, praticamente não regulamentado, torna mais confusa a questão de saber quem é o empregador ao abrigo da legislação laboral em vigor, sobretudo tendo em conta que as empresas contratantes, as plataformas operacionais, os clientes e os trabalhadores podem estar dispersos por diferentes países e jurisdições. Embora estas características possam caracterizar as plataformas de trabalho online em diversas localizações geográficas, é provável que as dinâmicas e experiências resultantes nessas localizações sejam mais específicas do ponto de vista contextual.

Convidamos a submissão de trabalhos que questionem as seguintes questões indicativas:

- Quais são as configurações das relações de poder entre as plataformas de trabalho e serviços online, as empresas que as criam, os clientes e os trabalhadores em diversos contextos? Que infra-estruturas, regras e materiais se supõe estarem efectivamente em vigor e como é que estes afectam as práticas de trabalho, os corpos, as emoções e os domínios íntimos/pessoais das mulheres e das pessoas marginalizadas envolvidas no trabalho de plataforma?
- Que tipos de trabalho realizam as mulheres e as pessoas marginalizadas nas gig economies locais de base? Como vêm os seus rendimentos e condições de trabalho? Que relações de poder de género, raciais e coloniais negociam, incluindo com empresas globais?
- Como é que as tecnologias digitais e a IA influenciam a reprodução social, quer sob a forma de cuidados não remunerados e trabalho doméstico das mulheres, quer em termos de provisão estatal e/ou provisão do sector privado/comunitário de várias formas de bem-estar e cuidados? Quais são as implicações para a vida das mulheres, quando os planos de violência e os ataques reais, possibilitados pela Internet, visam locais físicos de cuidados e reprodução social, como as escolas?
- Que esforços estão as mulheres e as pessoas marginalizadas a envidar para formar comunidades de trabalhadores/comunidades de solidariedade online para resistir a rendimentos e relações de trabalho exploradores?
- Como é que as tecnologias digitais e a IA podem ser aproveitadas para construir economias centradas na reprodução social, nos cuidados e na provisão social?

### **Produção de conhecimento**

A digitalização e a IA têm implicações profundas não só na circulação do conhecimento, mas também na sua produção e na forma como ensinamos. A dataficação das vidas e dos "eus", aliada à tomada de decisões algorítmicas, pressagia formas de incorporação que fundem corpos e dados, levantando novas questões sobre os significados do "humano" e a forma como o conhecimento é produzido. Para as feministas, também levanta a questão do que significa pensar no conhecimento como incorporado e situado. E levanta questões sobre o que fazemos nas

nossas salas de aula (cada vez mais online), como incorporamos as novas tecnologias ou como as mantemos afastadas.

Embora exista, portanto, uma profunda necessidade de reflexão sobre os impactos humanos da digitalização, muitas instituições de ensino superior em África e noutras partes do mundo têm respondido enfatizando a importância fundamental das disciplinas STEM - Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática - em detrimento das Ciências Sociais, Artes e Humanidades. Embora sejam necessários conhecimentos científicos e tecnológicos para abordar a concepção e o funcionamento da tecnologia digital e da IA, estes não são suficientes. Os pressupostos e as escolhas específicas subjacentes ao funcionamento da tecnologia digital e à tomada de decisões algorítmicas levantam questões políticas, económicas, filosóficas e culturais de grande alcance que têm de ser abordadas.

Enquanto editoras de revistas científicas feministas, estamos particularmente preocupadas com a forma como a economia política da digitalização na indústria editorial ameaça agravar as hierarquias e exclusões epistémicas. A indústria prospera cada vez mais com base em metadados (incluindo índices de citação e classificações) que mercantilizam o comportamento de autores e leitores e influenciam o que lemos e citamos. Isto limita o alcance da autoria nas revistas científicas tradicionais e contribui para o bloqueio sistémico de certas comunidades epistémicas. Várias revistas científicas feministas na América Latina e em África disponibilizam o seu conteúdo gratuitamente, fora da indústria editorial cada vez mais monopolista que domina a circulação do conhecimento anglófono. No entanto, a exclusão das plataformas comerciais das editoras sediadas no Norte perpetua a visibilidade restrita do conhecimento produzido pelas feministas em África, nas suas diásporas e noutras locais do Sul global.

Convidamos a submissão de trabalhos que questionem as seguintes questões indicativas:

- Como é que as tecnologias digitais e a IA estão a mudar/causar disrupção/resignificar os significados do humano? O que significa a incorporação e o conhecimento situado à luz destes novos conjuntos de humano/não-humano? Que formas de futuros feministas se tornam imagináveis quando as categorias de humanidade são perturbadas e reconfiguradas?
- Como é que a digitalização e a IA afectam a forma como investigamos e ensinamos? Como é que as plataformas de conhecimento (ou plataformas de ensino em linha) remodelam a forma como a educação e a investigação são realizadas? Como é que a digitalização e a IA afectam/transformam a pedagogia, a epistemologia e a ontologia feministas?
- Como é que o reducionismo tecnológico sustenta a valorização das STEM em detrimento das Ciências Sociais, das Artes e das Humanidades em diversos contextos sociais e económicos? Como é que as feministas se envolvem com as políticas disciplinares e académicas que dão origem a esse reducionismo?
- Qual é o impacto da digitalização na circulação do conhecimento académico e, em particular, do conhecimento sobre estudos de género? Como é que as revistas científicas feministas negoceiam os actuais desenvolvimentos tecnológicos? Como podem colaborar para subverter as hierarquias epistémicas e as exclusões inerentes

à economia política da digitalização que sustenta a indústria editorial sediada no Norte?

- Como é que as teorias e práticas feministas podem ser utilizadas para promover futuros feministas mais equitativos, justos e não violentos? Como é que as imaginações alternativas de futuros feministas estão a lidar com noções de espacialidade e temporalidade para além do internacional e/ou do global?

### **Formato da conferência**

A conferência terá lugar em Maputo, Moçambique, de 25 a 28 de julho de 2024. Reunirá académicas/os feministas, activistas, profissionais e criativos, e consistirá numa combinação de apresentações plenárias e mesas redondas, painéis com trabalhos académicos e uma exposição. As sessões plenárias serão transmitidas em directo e permitirão uma participação híbrida.

### **Guia para submissão de propostas**

As propostas de comunicações, painéis e mesas redondas devem incluir um título, um resumo de entre 200 e 250 palavras, uma biografia e informações de contacto (incluindo um endereço de correio eletrónico). Embora tanto a *Feminist Africa* como o *International Feminist Journal of Politics* publiquem em inglês, aceitamos propostas e apresentações de conferências em inglês, português ou francês.

As propostas devem ser submetidas pelo seguinte [link](#): Para mais informações, envie uma mensagem de correio eletrónico para [contact@feministafrica.net](mailto:contact@feministafrica.net) **O prazo para apresentação de candidaturas é 17 de novembro de 2023**. Os resultados serão comunicados até 15 de janeiro de 2024.